

Relatório Síntese da Reunião da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA)

Por: Jerry Adriani da Silva – Fóruns de EJA do Brasil

Período: 04 de julho de 2008

Local: Sala de reuniões da SECAD – MEC – BRASÍLIA – DF

Presentes:

Adelaide Laís Parente Brasileiro (**Movimentos de Alfabetização/MOVA BRASIL**); André Luís Figueiredo Lázaro, Jorge Luís Teles da Silva, Mauro José da Silva (**DPEJA/SECAD/MEC**); Carlos Artexes Simões (**SEB/Ensino Médio**); Eliene Novaes Rocha (**CONTAG**); Neroaldo Pontes (**CONSED/Secretário de Estado de Educação da Paraíba**); Jerry Adriani da Silva (**Fóruns de EJA do Brasil**); Maria Cristina Vargas (**Educação no Campo/MST**); Maria Margarida Machado (**ANPED/GT18**); Julieta Borges Lemes (**SETEC/PROEJA/MEC**); Cláudia Baena (**OEI**); Maria Genuveva C. Gomes (**UGP/SECAD**); Fernanda Frade, Rosimeire Gomes Rocha, Mariana Habert (**Técnicos da SECAD/MEC**); Lílian Sena (**Assessoria do CONSED**);

Proposta de Pauta:

1. Apresentação do Programa Brasil Alfabetizado para 2008.
2. Apresentação das Ações Articuladas ao Programa Brasil Alfabetizado
3. Apresentação dos fluxos de Pagamento de Bolsas do PBA (2007 e 2008)
4. Exposição do Parecer do CNE sobre Diretrizes para a EJA.
5. Encaminhamentos.

Desenvolvimento da reunião:

André inicia a reunião dando boas vindas a todos e apresentando a proposta de pauta. Na discussão da pauta, o secretário faz a discussão dos pontos relativos ao Programa Brasil Alfabetizado – PBA, razão principal desta reunião extraordinária. Diz que recebeu uma visita da Professora Regina do Conselho Nacional de Educação – CNE para informá-lo de que o CNE irá realizar plenária nos dias 05 e 06 de agosto de 2008 para discutir as diretrizes operacionais para a EJA. Por isso, achou muito importante incluir na pauta essa discussão. Apresentei a necessidade de pautarmos também as discussões sobre a CONFINTEA VI, as discussões, os desdobramentos e os encaminhamentos no que se refere ao Encontro Latino-Americano no México e à Conferência de Belém. Tal proposição foi avaliada pelo grupo, acolhida pelo secretário e incorporada à pauta.

André apresenta o Programa Brasil Alfabetizado para 2008, destacando:

- I. Após as contribuições enviadas pelos segmentos que compõem a CNAEJA, as discussões realizadas com o FNDE e acertados os prazos, já foi encaminhada para a publicação, na próxima semana, a resolução do Programa Brasil Alfabetizado 2008/2009.
- II. O novo sistema apresentará maiores travas de segurança e diminuirá as dificuldades operacionais, uma vez que contará com plataformas mais modernas que poderão ser distribuídas aos parceiros.
- III. O termo de adesão já está pronto e em breve será enviado aos parceiros do PBA.

- IV. A partir dessa versão, será necessária a indicação de um gestor local, que deverá ser um profissional da carreira (servidor público efetivo). Essa ação, de certa forma, irá “forçar” os sistemas para que esses alterem suas estruturas, com intenção de consolidar a continuidade do programa.

Ponderamos a necessidade de que esse gestor seja alguém que dialogue com a política de EJA no município, alguém que atue na Coordenação de EJA do parceiro. O secretário disse que irá incorporar a necessidade ao texto da resolução, em forma de recomendação.

- V. Na busca da construção do fluxo contínuo, o formato 2008 introduz também o conceito de *turma ativa*. A partir da assinatura do Termo de Adesão, apresentar o Plano Plurianual de Alfabetização – PPAI, selecionar os alfabetizadores e realizar a formação inicial, os parceiros poderão “abrir a janela para inscrição da turma e mantê-la aberta até atingir o limite mínimo para iniciar o trabalho”. A intenção é manter 6.000 alfabetizadores em constante trabalho de alfabetização.
- VI. Os repasses serão realizados a partir da turma constituída, uma turma não depende da outra.
- VII. A elevação do valor da bolsa para R\$ 250,00. Esse valor tem certa relação com o piso nacional, se levarmos em consideração que são 10 horas de trabalho semanal. Temos que tomar cuidado, pois o trabalho do alfabetizador voluntário não pode ser mais “valorizado” do que o do professor.
- VIII. O pagamento de bolsas diferenciadas:
- Tipo 1 – R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais para o alfabetizador de turma ativa de jovens, adultos e idosos;
 - Tipo 2 – R\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais) mensais para o alfabetizador de turmas que incluam jovens e adultos com necessidades educacionais especiais e as que atenderem população carcerária e jovens em cumprimento de medidas sócio-educativas;
 - Tipo 3 – R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais para o tradutor intérprete de LIBRAS, que auxiliará os alfabetizadores com turmas que incluam jovens e adultos surdos;
 - Tipo 4 – R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais para o alfabetizador que desempenhar atividades de coordenação e de supervisão do processo de aprendizagem em contato direto com os alfabetizandos para as turmas de jovens, adultos e idosos.
 - Tipo 5 – R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais para o alfabetizador com 02(duas) turmas ativas de jovens, adultos e idosos;
- IX. A formação dos educadores deverá se dar através da Rede de Formação que está sendo constituída com as Instituições de Ensino Superior públicas ou confessionais, com possibilidade de essas desenvolverem parcerias com os movimentos sociais que têm experiência em alfabetização. Haverá recursos para apoiar essas ações.
- X. O teste cognitivo de entrada e de saída é indispensável. O MEC está pensando em adotar para o Brasil Alfabetizado e para a alfabetização em EJA os mesmos parâmetros da PROVINHA BRASIL. Pensa-se também em consolidar uma Prova Brasil para a EJA. Sem pensar em IDEB para a EJA, pois não se pode considerar a defasagem de idade e evasão na EJA, o que se dá por diversos motivos.

Discussão:

Sugerimos que o coordenador seja, preferencialmente, de nível superior.

Dissemos da necessidade de comprometer e fortalecer as instâncias formais (Conselhos e fóruns) de controle social.

Pontuamos o não crescimento da matrícula no primeiro segmento de EJA, o que pode ser percebido como não continuidade dos egressos do BA em turmas de EJA dos estados e municípios.

Há uma aposta de que o FUNDEB vai auxiliar na indução da matrícula em EJA.

A idéia é de que os coordenadores também deverão auxiliar nessa indução da matrícula. Os consultores deverão auxiliar nesse processo, irão orientar os municípios para a passagem Bralfa/EJA.

Há a proposta da criação de um prêmio para os municípios que aumentarem a matrícula em EJA.

Outras ações que ajudam a garantir a permanência é pensar na ação de alfabetização articulada a outras ações que visem geração de emprego e renda, atividades culturais etc.

O processo de indução da ampliação da matrícula de EJA no primeiro segmento precisa contar com uma discussão entre CONSED e UNDIME. É preciso que a UNDIME assuma a discussão com os municípios sobre a responsabilidade desses com o primeiro segmento da EJA.

O seminário de agosto irá buscar as instituições e irá distribuir as responsabilidades.

Discutiu-se também que, além do primeiro, o segundo segmento e o ensino médio de EJA precisam ser pautados na CNAEJA e como articulá-los às iniciativas do mundo do trabalho.

Observou-se que nas matrículas do ensino médio há um número muito significativo de adultos. É preciso constituir institucionalidade na área da educação com práticas pedagógicas para atender os sujeitos jovens e adultos que não se vêem na oferta do médio que está aí. Não seria importante ter escolas específicas de EJA no Brasil para atender a realidade desse sujeito?

Colocou-se a dimensão ainda pequena do PROEJA. A possibilidade de entrada de alunos da EJA numa estrutura elitizada como a rede federal, não tem sido muito tranqüila. Há muita dificuldade de aceitação dessa escola pelo aluno que não se sente portador do direito de freqüentá-la e há a dificuldade dos professores em aceitar este tipo de aluno. Há muitos desafios para ligar o Programa Brasil Alfabetizado numa continuidade em PROEJA, que ainda não oferta o primeiro segmento.

Novamente discutimos sobre os papéis que cada um de nós tem que assumir em nossas instituições. Enquanto comissão é preciso aprofundar esse desenho de EJA como um todo. Há possibilidade de acompanharmos os planos plurianuais apresentados pelos parceiros? Às vezes, o que está escrito nos planos não é executado. Como dar conteúdo aos números das metas presidenciais? O que estamos fazendo com os resultados dos testes cognitivos? Não tivemos acesso aos livros didáticos na alfabetização.

As dificuldades da logística do BA estão sendo enfrentadas, mas a gestão da aprendizagem e da qualidade não tem avançado.

Adelaide dá informes sobre o Encontro Nacional de MOVAS e informa que no mesmo, ocorrido em São Paulo, foi eleito o novo coordenador nacional, que será indicado para representar o movimento na CNAEJA.

Como caminhar para que as nossas discussões de fato caminhem para a política pública?

André disse que há um instrumento do "Observatório da Educação" para induzir pesquisas sobre os dados quantitativos colhidos pelo INEP. A idéia é financiar programas, professores, doutorandos, mestrandos, estudantes de graduação e professores da rede para realizarem pesquisas que tenham como base de dados o SBA, com destaque para EJA no campo, EJA quilombola, educação integral. Em breve será apresentada a minuta do edital.

Aprofundamos a discussão sobre o acompanhamento metodológico. Temos que dizer como se faz, ou como fazemos. Optamos pela diversidade metodológica, mas temos que ter um olhar sobre o que está sendo realizado lá na ponta.

Mencionou-se que já se vivenciou casos de o aluno do Brasil Alfabetizado ir direto para o segundo segmento. O modelo "escolarizado" está ficando "esgotado". É necessário se chegar a outros. A EJA não está atendendo o egresso do Brasil Alfabetizado, até porque a qualidade do trabalho na escola é questionável e os alunos não querem ir para lá.

Apontou-se que há um salto no MEC no sentido da indução da política, mas não sentimos essa ressonância no Estado, e muito menos nos municípios. Os resultados na ponta não acompanham as indicações do Governo Federal.

Levantou-se também a questão do descompasso entre o Censo do INEP e matrícula de EJA, que se dá durante todo o ano. O Censo não considera as matrículas efetivadas no segundo semestre, comprometendo a continuidade dos egressos do Brasil Alfabetizado e fluxo contínuo desejado.

A SECAD já está em negociação com o INEP para que os dados de EJA sejam considerados semestralmente para acabar com o déficit de mais de um ano nos repasses do FUNDEB.

Discutimos também a sobrecarga das próximas propostas de agendas: 04/08: reunião com o CNE; 12 e 13/08: reunião com entidades; 26 e 27/08: reunião ordinária da CNAEJA, no Rio de Janeiro e 27 a 30/08: ENEJA em Rio das Ostras. Sugerimos que não apostássemos tantas agendas para não correremos o risco de não darmos conta de atuar com qualidade. Pensar o conjunto da Educação Básica para Jovens e Adultos, pautando a qualificação profissional.

Ficou esclarecido ainda que todas as contas dos bolsistas, abertas no Banco do Brasil, serão reaproveitadas e que a formação será de, no mínimo, 36 horas. Recomenda-se aos parceiros aumentar essas horas.

Jorge fez apresentação das Ações Articuladas ao Programa Brasil Alfabetizado. Iniciou comentando a questão da política de fomento á leitura, que começou com o concurso

literatura para todos que está com a segunda edição em andamento. A OEI está ajudando na coordenação do concurso literatura para todos.

Além disso, há uma proposta de financiar círculos de leitura que incentivem espaços de acesso a materiais de leitura. Incluirá também no valor de apoio do PBA recurso para ser utilizado na compra de literatura. Abertura de editais de financiamento para apresentação de propostas de rodas de leitura ou círculos de leitura, experiências com êxito com bibliotecas ambulantes/móveis, arcas de leitura etc. A SECAD irá selecionar também obras de literatura, organizará a edição e depois distribuirá aos parceiros. A idéia é criar um acervo para os educandos da EJA. Não será somente livro, mas também a formação de mediadores. Pessoas com deficiência, material em Braille etc.

Ainda é preciso discutir os critérios para obras para os neo-leitores. Não financiará clássicos adaptados. Pensar em espaços específicos para bibliotecas públicas para a leitura dos jovens e adultos de EJA.

Quanto ao PNLAlfa, os guias de orientações ainda não foram entregues e com a greve dos correios pode ser que haja um atraso nisso. Será cobrada dos parceiros a apresentação de uma ata com assinatura dos coordenadores que auxiliaram na escolha do livro. Comentou-se o assédio das editoras em cima dos municípios e isto tem dificultado uma reflexão mais clara.

Diz ainda das ações que já estão sendo encaminhadas em parceria com o Ministério da Saúde, entre elas, o olhar Brasil.

Adriana e Dimitri explicam sobre a constituição da Rede de Educação para a Diversidade (Rede) no âmbito do Sistema da Universidade Aberta do Brasil, para a implementação de um programa de formação que visa a oferta de cursos de formação para professores e profissionais da educação nas áreas da diversidade.

O objetivo da Rede de Educação para a Diversidade (Rede) é estabelecer um grupo permanente de formação inicial e continuada a distância para a disseminação e desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas das áreas da diversidade, quais sejam: educação de jovens e adultos, educação do campo, educação indígena, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os Direitos Humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

O programa de formação para os temas da diversidade é uma iniciativa do Ministério da Educação, com o intuito de criar as bases para uma rede nacional de instituições de ensino superior dedicada à disseminação dos temas da diversidade nas redes de ensino públicas e privadas de educação básica no País por meio de formação qualificada pelos cursos do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, assim entendido como a articulação entre as instituições públicas de ensino superior, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, bem como demais interessados e envolvidos, e que atuará na área de formação inicial e continuada de professores, gestores e outros profissionais da educação básica.

As Redes terão as seguintes atribuições: ampliar as oportunidades de formação de educadores e gestores educacionais que atuem na educação básica e nos cursos de formação de professores; elaborar conteúdos; ofertar um programa de cursos de formação

para a diversidade; manter núcleos de pesquisa nas áreas da diversidade definidas pelo Programa e estabelecer normas para o funcionamento e certificação dos cursos ofertados.

O edital foi publicado em 16 de abril de 2008 e está em fase de seleção das propostas por parte da SECAD, avaliação das proposições financeiras por parte das instituições de ensino superior.

Jorge diz que a intenção desse informe é dar conhecimento da ação para construirmos juntos essa agenda para compreendermos que, para além de dar um curso, deseja-se “*formar para a docência*” buscando a melhoria da prática pedagógica.

Margarida chama a atenção para a necessidade de entendermos o momento que a *formação em EJA* está vivendo e as diversas solicitações de demandas nesta área. Considera o projeto tímido em função da demanda existente, contudo, avalia que a ação como se propõe possibilitará um melhor monitoramento. Ressalta ainda o cuidado que precisamos ter com a ferramenta utilizada, uma vez que o Brasil ainda não consolidou uma concepção de educação à distância. Da importância de pautarmos esta discussão no GT 18 da Anped e nas reuniões de segmentos do ENEJA, sobretudo nos segmentos universidades e educadores.

Jorge solicita então que construamos juntos os critérios para participação e escolha dos profissionais que participaram nos cursos para evitar os equívocos das experiências anteriores, nas quais os participantes foram indicados por diretores, secretários e ou prefeitos sem serem necessariamente profissionais diretamente ligados à docência da EJA.

Afirma ainda que a SECAD está articulando com a Anped para que sejam motivadas pesquisas nas áreas de EJA nas especificidades do campo, indígena, das pessoas com deficiência, prisional, além das necessidades de compreender as causas da evasão, mantendo os interesses em compreender o “*Negro e a Educação*”. A SECAD se fará presente nas duas ações.

Mauro apresenta o fluxo de informações e justificou os atrasos no pagamento das bolsas. Ainda há um número muito significativo de bolsas 2007 atrasadas. Do cadastro até a liberação do primeiro recurso é uma média de 30 dias. Há uma expectativa de que seja regularizada a situação até o final da próxima semana.

Reafirmamos a necessidade de as informações chegarem o mais rápido possível, para que o parceiro lá na ponta não sofra tanto. Há um prejuízo para o programa que é o desgaste.

Colocamos a dificuldade dos gestores do PBA em mexer no sistema, muitos deles não têm acesso à internet e não têm conhecimento de como atualizar o sistema. É preciso fazer formação dos gestores para que compreendam como fazer isto. Consultor não dá conta disso, a consultora que foi ao Pará, no período anterior, foi um desastre, era uma pessoa que não tinha formação na área e causou problemas na localidade.

Jorge colocou que o processo de seleção desse ano foi muito mais rigoroso. Espera-se que sejam evitados os erros do ano anterior. O consultor agora tem uma base no Estado e há a proposta de fazer teleconferência que reúna coordenadores e consultores.

Mencionou-se a experiência do Sempec que na Paraíba contratou pessoas na localidade para fazer o acompanhamento e isso foi uma experiência interessante.

Na discussão, destacou-se a necessidade uma avaliação da ponta sobre a atuação dos consultores. É importante que CONSED e UNDIME façam essa avaliação e encaminhem para o MEC, para que este possa avaliar os desdobramentos disso para os anos seguintes. Neroaldo coloca que na reunião do fórum do CONSED em julho será pedida essa avaliação para enviar para o MEC.

Levantou-se a preocupação de manter uma lógica de contratação de consultores, quando não se investe nos servidores efetivos do MEC. Tomar cuidado com a terceirização da gestão.

Sobre o Parecer do CNE sobre Diretrizes para a EJA, Jorge esclarece que a conselheira Regina Gracindo propôs audiência pública no dia 04/08/08, os integrantes da CNAEJA serão convidados a participar. Há no texto uma proposta de encaminhamento de criação de um sistema de EJA. Os pontos que querem discutir conosco são a duração dos cursos, a idade para entrada na EJA, a certificação na EJA e a EJA mediada pelas tecnologias. Vão reafirmar o que já está nas diretrizes de 2000, mas apontar mudanças para a gestão da EJA.

Jorge me perguntou sobre a posição dos fóruns em relação às questões polêmicas em discussão. Disse que não há consenso em relação à idade, duração de cursos e exames no movimento dos fóruns.

Discutimos que a questão da idade no curso de EJA provoca outras discussões que, associadas às questões do tempo na EJA e ao conhecimento acumulado do adulto trabalhador, não correspondem à realidade do adolescente.

Vamos receber o texto do CNE para lermos antes do dia 04/08.

Dialogando com CONSED, comentamos a necessidade inclusive de revisão da organização curricular da EJA, rompendo com a lógica das disciplinas isoladas, com cargas horárias diminutas, para cada disciplina. Vários exemplos foram citados nos quais o segundo segmento já está sendo tratado de forma diferente, como em Recife, Goiânia, Belo Horizonte e outras. Ficou apontada uma necessidade de aprofundamento de nossa parte. Na próxima reunião da CNAEJA conheceremos algumas dessas experiências.

Cristina lembrou que as licenciaturas do campo já têm uma experiência de formação de licenciaturas por área que é muito interessante.

Fernanda colocou a questão da Medalha Paulo Freire que poderia ser redirecionada para dar visibilidade às boas práticas em relação às áreas/disciplinas.

Sobre o encontro preparatório à VI CONFITEA, no México, solicitei que a SECAD considerasse a proposta dos Fóruns de EJA, apresentada ao Secretário André Lázaro, durante a reunião dos representantes, no Encontro Nacional, em Brasília, de que possam compor a delegação cinco representações regionais, aquelas indicadas em dezembro de 2007 para acompanhar o processo no Brasil. Jorge disse que a proposta vai ser levada para discussão com o Secretário e com o Ministro.

Encaminhamentos:

- 1 – SECAD vai consolidar as sugestões para o Documento Base Nacional à VI CONFINTEA, até o dia 07/07, enviará para nós e devemos fechar as contribuições até o dia 15/07.
- 2 – Conversa intra-MEC para a pauta da próxima reunião da CNAEJA.
- 3 – Participação na discussão do CNE/CEB 04/08.
- 4 – Passar as informações dos editais de fomento à leitura, edital da UAB e demais editais.
- 5 – Trazer também na próxima reunião: o levantamento do atendimento dos Centros Supletivos e CEJAs.
- 6 – Levantar as boas práticas de EJA em andamento e socializar nas próximas reuniões.
- 7 – A SECAD encaminhará a avaliação dos consultores para o conhecimento da CNAEJA.
- 8 – Sugestão de que a próxima reunião seja na cidade do Rio de Janeiro e só seguem para Rio das Ostras os que participarão do X ENEJA.

Brasília/DF, 04 de julho de 2008.